

## Pesquisas sobre o Ensino Religioso na Escola Pública brasileira: visões em disputa

### Research on Religious Education in Brazilian public school: point of views in dispute

Isabel Maria Sabino de Farias<sup>1</sup>  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)  
isabel.sabino@uece.br

Alexsandro Macêdo Saraiva<sup>2</sup>  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)  
alex.saraiva@uece.br

**Resumo:** Na história do Brasil, o Ensino Religioso protagonizou as disputas político-ideológicas entre Estado e Igreja acerca do princípio da laicidade que permearam a maioria das Cartas Magnas do país. Nesse sentido, este estudo, que tem como viés o exame bibliográfico, objetivou apresentar o Estado da Questão dos trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil (artigos científicos, dissertações e teses) sobre o Ensino Religioso na escola pública brasileira. Tendo em vista a compreensão das temáticas abordadas, buscamos identificar onde, como e quando estes trabalhos foram produzidos. Os resultados indicam um crescente interesse sobre o tema pelos pesquisadores, todavia em posicionamentos divergentes no que diz respeito à permanência ou não desta disciplina no currículo escolar, ensejando no espaço acadêmico um campo ainda bastante tenso de

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação Brasileira Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora no Centro de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Líder do grupo de pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade (EDUCAS/CNPq).

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Crateús, na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Educação, Cultura Escola e Sociedade (EDUCAS/CNPq).

visões que demarcam as disputas de território desta disciplina no currículo da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Ensino religioso; escola pública; pesquisas acadêmicas.

**Abstract:** Historically, Religious Teaching in Brazil started the political-ideological disputes between the State and the Church over the principle of secularism that permeated most of the Laws in the country. Therefore, this study is a bibliographic research, which aims at presenting a review of the academic works produced in Brazil (scientific articles, dissertations and theses) on religious teaching in Brazilian public school. In order to understand the themes addressed, it was identified where, how and when these the data were produced. The results indicate a growing interest in the theme by researchers, however in diverging positions regarding the permanence or not of this course in the school curriculum. It rises tension in the academic field since different point of views fight for territory towards this subject in the curriculum of Brazilian education.

**Keywords:** Religious education; public school; academic reseach.

## Questões introdutórias

Decorrente de exame teórico sobre o tema, este escrito tem como objetivo responder aos seguintes questionamentos: o que revelam as pesquisas sobre o Ensino Religioso (ER) na rede pública de Ensino<sup>3</sup> no Brasil? Quais as temáticas abordadas nos estudos produzidos nos últimos anos? Que concepções e ideologias elas explicitam sobre este campo de conhecimentos? Onde, como e quando estes trabalhos estão sendo produzidos?

O Ensino Religioso na história do Brasil sempre foi visto como um espaço demarcado fortemente por disputas político-ideológicas entre Estado, Igreja e sociedade civil sob o pano de fundo do princípio da laicidade que permeou as Constituições brasileiras (SAVIANI, 2008; CUNHA, 2013; JUNQUEIRA, 2011, 2014; RODRIGUES, 2017; SANTOS, 2017).

Tal debate ao longo do tempo se tornou a mola propulsora para um movimento amplo de construção de uma epistemologia e uma metodologia própria para esta disciplina, cujo aporte foi dado pelas Ciências da Religião e tendo como diretrizes primeiras o artigo 210 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, alterado pela Lei nº 9.475, em 22 de julho de 1997,

---

<sup>3</sup> Dada a problemática existente na legislação brasileira quanto à ideia de escola pública, enfatizamos que “escola pública” neste texto se refere àquelas escolas “criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público” (Art. 19 da LDB, inciso I).

resultando em uma legislação<sup>4</sup> que o referenda como área de conhecimento e componente curricular, cujo expoente maior se apresenta nas diretrizes curriculares propostas na atual (e controversa) Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Isto possibilitou que o Ensino Religioso enquanto área de conhecimento se distanciasse, em termos teórico-metodológicos, das concepções confessionais, para um modelo inter-religioso que visa “valorizar o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana, e que determinam, subjacente, o processo histórico da humanidade” (JUNQUEIRA, 2010, p. 138-139).

Assim, de modo a compreendermos a problemática em torno desse tema, realizamos um Estado da Questão (EQ), procedimento bibliográfico de produção de dados que tem como finalidade, de acordo com Therrien e Nóbrega-Therrien (2004, p. 34), possibilitar ao pesquisador registrar “como se encontra o tema ou objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance”. Este procedimento carrega em seu bojo um cuidado e rigor da parte do pesquisador em como a produção científica deve ser analisada.

Destarte, objetivamos aqui conhecer sobre as dimensões nas quais os pesquisadores andam se debruçando no que concerne ao Ensino Religioso, seus saberes e práticas. Para a concretização deste intento assumimos o percurso de investigação assentado na construção de um Estado da Questão (EQ) sobre tema proposto, em que realizamos um levantamento de artigos, dissertações e teses tomando como referências as bases de dados do portal de Periódicos da CAPES, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Este levantamento foi estruturado nas seguintes etapas:

Busca de artigos, dissertações e teses conforme os critérios de exclusão e inclusão estabelecidos para cada base de dados, a serem especificados mais adiante;

Análise a partir da leitura dos materiais encontrados para conhecimento de seus conteúdos, e seleção daqueles que se enquadram mais diretamente em nossa pesquisa;

Tabulação dos principais dados extraídos dos artigos, dissertações e teses selecionados (autor, título, temática, subtemática, tipo de pesquisa, instituição, Programa, ano, repositório) e análise estatística descritiva com o uso do aplicativo *JASP Statistic*<sup>5</sup>.

A busca realizada no Portal de Periódicos da CAPES se deu de outubro de 2017 até janeiro de 2018 a partir do descritor *Ensino Religioso* e seus cognatos (Ensino de Religião; Educação Religiosa), todos eles entre aspas (“”), de modo a encontrarmos a expressão exata em alguma parte do artigo (título, resumo, corpo do texto, assunto etc) e termos maior precisão nos resultados. A busca foi realizada em

---

<sup>4</sup>Resolução nº 02 de abril de 1998, nº 4 de julho de 2010, Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010, Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010 e os Parâmetros Curriculares para o Ensino Religioso (PCNER) que pautou, como documento não oficial, as práticas docentes de Ensino Religioso em muitas escolas brasileiras.

<sup>5</sup>*JASP Statistics* é um programa gráfico de análise estatística, gratuito e de código aberto que oferece procedimentos de análise estandarizados, tanto na sua forma clássica como também bayesiana.

todas as bases do portal sem nenhum recorte temporal, isso para obtermos o maior número possível de publicações.

Utilizamos como critério de inclusão apenas os estudos que tinham como foco central o Ensino Religioso escolar na escola pública, seja na dimensão histórica, das políticas educacionais, da epistemologia, da formação e prática docente, de metodologias e materiais didáticos (critério 01). Como critério de exclusão não foram selecionados estudos sobre o ER em instituições religiosas, educacionais confessionais privadas e temas de teologia e espiritualidade na educação fora do âmbito da disciplina (critério 02).

Excluimos também estudos que só faziam menção, mas não tinham como centrais as questões supracitadas relacionadas ao ER, como, por exemplo, artigos que tratavam exclusivamente da relação entre Igreja e Estado no Brasil (critério 03). Outro critério foi a seleção apenas de artigos revisados pelos pares (critério 04). Foram considerados inválidos resenhas de livros, resumos de teses e de dissertações encontrados na busca.

O levantamento de dissertações e teses foi realizado na Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações – BDTD e no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no período de outubro de 2017 a fevereiro de 2018. Não fizemos buscas específicas nos repositórios dos programas de pós-graduação *stricto sensu* por entendermos que a BDTD e o Catálogo da CAPES possuem uma grande abrangência nos quais estão inclusas as produções de dissertações e teses de todo o Brasil. Também não realizamos recorte temporal como intuito de ampliar os resultados da pesquisa.

Enfatizamos aqui que, dadas as especificidades dos mecanismos de busca nos dois repositórios, utilizamos formas de busca diferentes para cada um deles, mantendo o eixo central dos critérios de inclusão e exclusão já descritos na busca de artigos<sup>6</sup>.

No caso da Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações – BDTD, realizamos uma pesquisa avançada da expressão exata “Ensino Religioso” e seus cognatos, no título e/ou resumo dos trabalhos para garantir maior precisão nos resultados.

Já no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES a busca somente pôde ser realizada considerando o descritor em “todos os campos” e alternada (A “ou” B) uma vez que o site não permite a pesquisa de um descritor apenas no título e/ou no resumo, como foram utilizados para a busca avançada na BDTD, o que gerou um número muito grande de resultados imprecisos<sup>7</sup>.

## **As produções sobre o Ensino Religioso na escola pública: o que revelam?**

Explicitaremos, nos tópicos seguintes, os principais achados desta investigação, que apontam para uma clara divergência de autores, revistas e programas de pós-graduação no que tange à defesa da retirada ou permanência do ER nas escolas públicas brasileiras.

---

<sup>6</sup> À exceção do critério 04, que vale apenas para artigos em periódicos.

<sup>7</sup> Como por exemplo, a presença da expressão “Ensino Religioso” apenas em notas de rodapé ou referências bibliográficas, o que nos exigiu maior demora para realizar a seleção.

## Portal de Periódicos da CAPES

A busca no Portal de Periódicos da CAPES resultou em 311 artigos, dos quais 100 são revisados pelos pares, sendo que 51 destes se enquadraram nos critérios acima estabelecidos. O interstício encontrado nas publicações selecionadas vai de 2003 a 2017.

Após este levantamento, realizamos o mapeamento dos periódicos, temáticas, autores e contextos para compreendermos melhor o *status* das discussões sobre a temática, o que se encontra sintetizado nos quadros 1 e 2.

**Quadro 01:** Lista de periódicos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES que tratam da temática do Ensino Religioso, durante o período de outubro de 2017 a fevereiro de 2018

Periódicos	Qualis em Educação <sup>8</sup>	Temáticas abordadas	Autores/ano	Nº de artigos
<b>Acta Scientiarum Education</b>	A2	- História do ER (3); - Representações sociais da religiosidade na escola.	Casimiro (2010); Cecchetti e Santos (2016); Gonçalves Neto (2013); Rocha (2016)	04
<b>Acta Scientiarum Language and Culture</b>	B2	- Epistemologia do ER [debates pró e contra];	Garrido (2012);	01
<b>Caderno CEDES</b>	A1	- Legislação e política educacional para o ER-	Vaidergorn (2008)	01
<b>Cadernos de Pesquisa [Fundação Carlos Chagas]</b>	A1	- Currículo (2) - Legislação e política educacional para o ER;	Amaral (2007); Cavaliere (2007); Cunha (2007); Lui (2007); Russo e Almeida (2016)	05
<b>Educação [Santa Maria]</b>	A1	- Legislação e política educacional para o ER	Sepúlveda e Sepúlveda (2017)	01
<b>Educação e Pesquisa</b>	A1	- Legislação e política educacional para o ER (2)	Cunha e Fernandes (2012); Cunha (2016a)	02
<b>Educação e Sociedade</b>	A1	- Legislação e política educacional para o ER (5)	Cunha (2006, 2009, 2013, 2016b); Fishmann (2009);	05
<b>Educação Temática Digital</b>	A1	- Legislação e política educacional para o ER	Pinho e Vargas (2015)	01

<sup>8</sup> Em 2019, a CAPES realizou uma mudança na estratificação do *Qualis*, em que as publicações em estrato B2 passaram a ser A4. Todavia manteremos a classificação anterior, posto que à época desta busca, a nova classificação ainda não existia.

<b>Estudos Avançados</b>	A2	- Legislação e política educacional para o ER	Giumbelli (2004)	01
<b>Eventos Pedagógicos</b>	Sem qualis	- História do ER; - Práticas docentes	Gielow (2015); Lucena (2015)	02
<b>Horizonte</b>	B1	- Currículo (2) - Epistemologia para o ER (4) - Metodologia para o ER; - Avaliação de aprendizagem no ER; - História do ER. - Formação inicial - Identidade do ER - Legislação e política educacional para o ER	Costa (2003), Dantas (2004); Gomes, Gomes-da-Silva e Costa (2012);Gomes (2003). Gruen (2005); Junqueira (2014); Junqueira e Kadlubitski (2011); Junqueira, Disenha e Rodrigues (2010); Junqueira e Rodrigues (2010), Oliveira, Aurenéa (2016a); Rodrigues (2012); Teixeira (2011); Marcos (2012)	13
<b>Horizontes Antropológicos</b>	A2	- Legislação e política educacional para o ER	Dick e Lui (2007)	01
<b>Política &amp; Sociedade</b>	B2	- Legislação e política educacional para o ER	Oliveira, Amurabi (2017)	01
<b>REVER</b>	C	- Legislação e política educacional para o ER; - Formação inicial; - História do ER (2); - Currículo [objeto de estudo do ER]; - Epistemologia para o ER (3);	Alves (2015);Baptista (2015);Castro e Baldino (2015);Junqueira (2012; 2015; 2016);Rodrigues (2015); Soares (2015)	08
<b>Revista Brasileira de História das Religiões</b>	C	- Legislação e política educacional para o ER; - Currículo	Aquino (2013)	01
<b>Revista Eletrônica de Educação [São Carlos]</b>	B1	- Currículo [componentes curriculares da disciplina de ER]	Oliveira, Aurenéa de (2016b)	01
<b>Revista Espaço do Currículo</b>	B2	- Currículo [BNCC]	Redyson e Santos (2015)	01
<b>Revista Reflexão e Ação [Santa Cruz do Sul]</b>	B1	- Epistemologia para o ER	Souza (2013)	01

<b>Teocomunicação</b>	Sem Qualis	- História do ER	Junqueira e Teófilo (2012)	01
<b>Total de artigos: 51</b>				

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Analisando o Quadro 01 observamos que dos 19 periódicos encontrados, 07 deles não são da área de Educação (*Acta Scientiarum Language and Culture*, Horizonte, Horizontes Antropológicos, Política & Sociedade, Revista Brasileira de História das Religiões, REVER, Teocomunicação) e juntos concentram mais da metade das publicações sobre o tema, totalizando 30 artigos.

Observamos também que destes, 03 periódicos são da área de Teologia e Ciências da Religião (Horizonte, REVER e Teocomunicação) e somam juntas 23 produções acadêmicas, o que denota um grande interesse de pesquisadores dessa área sobre o tema do Ensino Religioso.

Quanto à avaliação *qualis* em Educação, temos que 06 periódicos são do estrato A1, 03 são A2, 03 são B1, 03 são B2, 02 são C, e 02 não tem avaliação *qualis*. Note-se que, à exceção da Revista Horizonte, avaliada como B1, a revista REVER possui avaliação muito baixa (*qualis* C) e a revista Teocomunicação não a possui.

Entre os temas mais abordados encontramos em primeiro lugar *legislação e políticas educacionais para o ER* (17 resultados), seguido de *história do Ensino Religioso* (09 resultados), e *epistemologia do ER* (09 resultados). Em comparação com os achados de Chaves (2012), na qual constatou à época maior produção de artigos em temáticas sobre “história e identidade do ER” e “subsídios metodológicos e epistemológicos para o ER”, entendemos que não houve uma mudança na discussão, a não ser um aumento observado em nosso estudo de artigos sobre as questões legais que envolvem o ER, principalmente por pesquisadores que procuram explicitar os embólios e contradições jurídicas que cercam esta disciplina.

Também constatamos um grande número de pesquisas teóricas, históricas e documentais, nos artigos selecionados, de um lado, e de outro, um número menor de trabalhos que se voltavam à pesquisa de campo com sujeitos. Outro aspecto observado foi o posicionamento político-ideológico dos autores quanto à questão do Ensino Religioso nas escolas públicas, o qual tentamos inferir a partir da leitura dos artigos, como detalha o Quadro 02.

**Quadro 02:** Autores dos artigos identificados conforme posicionamento frente ao Ensino Religioso na escola pública brasileira.

<b>Autores favoráveis ao ER na escola pública (26 artigos)</b>	Alves (2015); Aquino (2013); Baptista (2015); Casimiro (2010); Cecchetti e Santos (2016); Castro e Baldino (2015); Costa (2003); Dantas (2004); Gomes (2003); Gomes, Gomes-da-Silva e Costa (2012); Gruen (2005); Junqueira (2012; 2014; 2015; 2016); Junqueira e Kadlubitski (2011); Junqueira, Disenha e Rodrigues (2010); Junqueira e Rodrigues (2010); Junqueira e Teófilo (2012); Marcos (2012); Redyson e Santos (2015); Rodrigues (2012, 2015); Soares (2015); Souza (2013);Teixeira (2011);
<b>Autores contrários ao ER na escola pública (17 artigos)</b>	Amaral (2007); Cavaliere (2007); Cunha (2006, 2007, 2009, 2013, 2016a, 2016b); Cunha e Fernandes (2012);Dick e Lui (2007); Fishmann (2009); Giumbelli (2004); Lui (2007); Oliveira [Amurabi] (2017); Russo e Almeida (2016); Sepúlveda e Sepúlveda (2017); Vaidergorn (2008)
<b>Autores em que não fica claro o posicionamento (08 artigos)</b>	Oliveira [Aurenéa] (2016a; 2016b);Garrido (2012); Gielow (2015); Gonçalves Neto (2013); Lucena (2015);Pinho e Vargas (2015); Rocha (2016);

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Na análise do Quadro 02 fica bem claro que as publicações sobre o tema em questão parecem distinguir-se majoritariamente em posições favoráveis e contrárias ao Ensino Religioso nas escolas públicas, evidenciando o campo de disputas político-ideológicas que ocorre nesta seara.

Posicionamentos mais críticos e contrários aparecem especialmente nos periódicos de Educação (Cadernos de Pesquisa, CEDES, Educação e Sociedade, Educação e Pesquisa entre outros), trazendo à tona o problema da laicidade do Estado, da possível inconstitucionalidade do Ensino Religioso e das disputas ideológicas entre Igreja e Estado no campo educacional, tendo à frente o professor Luiz Antônio Cunha (Doutor em Educação e professor da UFRJ) como o autor que mais publicou artigos que tratam desta questão, e que é colaborador do Observatório da Laicidade na Educação (OLE, 2019).

Posicionamentos mais favoráveis e que discutem uma epistemologia e uma metodologia para o ER são encontrados majoritariamente em periódicos das áreas de Teologia e Ciências da(s)Religião(ões), como, por exemplo, o periódico Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, em que se concentram a maioria dos estudos sobre Ensino Religioso (13 dos 51 selecionados). O autor com maior número de publicações nesse campo é Sérgio Rogério Azevedo Junqueira (Doutor em Ciências da Religião e professor da PUC-PR).

Nos perfis de formação acadêmica dos 28 autores dos artigos favoráveis ao ER, à época de sua publicação, verificamos que 14 deles são oriundos de programas de pós-graduação (PPG(s)) de IES confessionais privadas, 10 de PPG(s) de IES públicas, 02 de graduação em IES privadas e 02 com formação fora do país. Observamos também a presença significativa de autores com formação na área de Ciência(s) da Religião ou Teologia (02 pós-doutores(as), 05 doutores(as), 04 mestre(as) e 02 graduado(as)), como também 08 doutores(as) e 04 mestre(as) em Educação, além de 01 doutor em História, 01 doutora em Sociologia, 01 doutor em Filosofia.

Nos perfis de formação acadêmica dos 14 autores dos artigos contrários ao ER, verificamos que todos são oriundos de PPG(s) de IES públicas, majoritariamente na área de Educação (01 Pós-doutor e 08



doutores). Destaca-se também 02 autores com doutorado e 01 com mestrado em Antropologia Social, e 01 autor com doutorado em Sociologia. Deste modo, o comparativo dos perfis destes agentes sugere o peso significativo das IES privadas confessionais na produção acadêmica favorável ao ER.

Aqueles trabalhos em que não ficou claro para nós o posicionamento político-ideológico sobre o tema apareceram nos periódicos *Acta Scientiarum Education*, (02 artigos), *Eventos Pedagógicos* (02 artigos), *Acta Scientiarum Language and Culture* (01 artigo), *Estudos Avançados* (01 artigo), *Horizonte* (01 artigo), e *Revista Eletrônica de Educação [São Carlos]* (01 artigo). A listagem completa dos posicionamentos favoráveis e contrários ao Ensino Religioso na escola pública pode ser vista na Tabela 01:

**Tabela 01:** Listagem dos periódicos e total de publicações sobre o Ensino Religioso (ER) de acordo com o posicionamento dos autores sobre o tema.

Periódicos	Publicações			Total
	A favor do ER	Contra o ER	Não fica claro	
<b>Acta Scientiarum. Education</b>	02	-	02	04
<b>Acta Scientiarum. Language and Culture</b>	-	-	01	01
<b>Caderno CEDES</b>	-	01	-	01
<b>Cadernos de Pesquisa [Fund. Carlos Chagas]</b>	-	05	-	05
<b>Educação [Santa Maria]</b>	-	01	-	01
<b>Educação e Pesquisa</b>	-	02	-	02
<b>Educação e Sociedade</b>	-	05	-	05
<b>Educação Temática Digital</b>	-	-	01	01
<b>Estudos Avançados</b>	-	01	-	01
<b>Eventos Pedagógicos</b>	-	-	02	02
<b>Horizonte</b>	12	-	01	13
<b>Horizontes Antropológicos</b>	-	01	-	01
<b>Política &amp; sociedade</b>	-	01	-	01
<b>REVER</b>	08	-	-	08
<b>Revista Brasileira de História das Religiões</b>	01	-	-	01
<b>Revista Eletrônica de Educação [São Carlos]</b>	-	-	01	01
<b>Revista Espaço do Currículo</b>	01	-	-	01
<b>Revista Reflexão e Ação [Santa Cruz do Sul]</b>	01	-	-	01
<b>Teocomunicação</b>	01	-	-	01
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>17</b>	<b>08</b>	<b>51</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cechetti e Santos (2016) apontam o quanto este embate é antigo no Brasil, em que o tecido histórico da educação brasileira é atravessado pelas questões ideológicas demarcadas pelos confrontos entre laicidade e confessionalidade, entre o público e o privado, entre a permanência ou retirada do Ensino Religioso da escola pública, fomentando alianças e disputas entre a Igreja e o Estado que adentraram o século XXI e perduram até os dias atuais.

E mesmo diante um modelo de Ensino Religioso que pretende ser laico, plural e democrático, epistemologicamente respaldado pelas Ciências da Religião, deparamos com questões polêmicas, como por exemplo, a *Concordata Brasil-Vaticano (Santá Sé)* relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, que se constituiu como um verdadeiro assédio ao Estado Laico (FISHMANN, 2009), assim como a institucionalização do Ensino Religioso confessional nas escolas públicas do Rio de Janeiro, reveladoras “das múltiplas contradições que a questão introduz no sistema educacional público, seja no âmbito das relações institucionais, seja na prática cotidiana escolar” (CAVALIERE, 2007, p.304).

Para Castro e Baldino (2015) o fato de ainda haver uma disputa do campo educacional laico pelas diversas denominações cristãs, para além das contradições supramencionadas, também é motivada pela precarização ou mesmo ausência de políticas que “deem conta de engendrar aspectos como formação de professores, além de definições sobre esse componente curricular” (p. 78), revitalizando e atualizando as discussões sobre a permanência ou retirada do Ensino Religioso da escola pública no Brasil.

## **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES**

O levantamento realizado na BDTD resultou em 135 ocorrências de dissertações e 35 de teses. Ao aplicar os critérios 01, 02 e 03, obtivemos 103 dissertações, situadas entre os anos de 2001 a 2017, e 18 teses, situadas entre os anos de 2007 a 2017.

No mesmo sentido, obtivemos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES um total de 359 ocorrências de dissertações e 70 ocorrências de teses. Aplicando os critérios 01, 02 e 03, foram selecionadas 186 dissertações, situadas no interstício de 1995 a 2017, e 37 teses, situadas no interstício de 2000 a 2017, número superior aos achados da BDTD.

Ao verificarmos a duplicidade dos trabalhos selecionados nos repositórios, encontramos 98 trabalhos (82 dissertações e 16 teses) que se repetem nos dois repositórios, 23 trabalhos (21 dissertações e 02 teses) apareceram exclusivamente na BDTD e 135 trabalhos (104 dissertações e 21 teses) apareceram somente no repositório da CAPES, o que nos deixou com um quantitativo final de 246 trabalhos (207 dissertações e 39 teses) para análise.

Em um primeiro ponto de análise os resultados mostraram que as primeiras publicações identificadas sobre o Ensino Religioso na escola pública brasileira, dentro dos critérios estabelecidos nesta pesquisa, datam de 1995, o que pode estar relacionado ao marco temporal da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, especificamente do artigo 33 que legisla sobre o Ensino

Religioso nas escolas públicas e da Lei n. 9.475, em 22 de julho de 1997, que alterou o artigo 33 deste dispositivo, motivando muitos debates no meio acadêmico.

Observamos também que houve um crescente de publicações de trabalhos e, considerando 2011 como a mediana de nosso intervalo temporal de 22 anos (1995 a 2017), mais da metade das publicações (50,8%, p/ n=246) se encontram no intervalo entre os anos de 2011 até o momento de nosso levantamento (2017). Nota-se também ter havido baixa produção acadêmica nos primeiros onze anos, que vão de 1995 a 2006 (23,2 % p/ n=246), se comparado aos 11 anos seguintes (76,8% p/ n=246). O ano de maior produção acadêmica sobre o tema foi 2014, com 38 trabalhos (11,4% p/ n=246) publicados (26 dissertações e 02 teses).

Este resultado pode ser interpretado como um movimento de expansão de programas *stricto sensu* no Brasil a partir dos anos 2000, e especial durante o governo Lula (2003-2011), como nos revelam os dados da pesquisa de Cirani, Campanário e Silva (2015) ao sinalizarem que, entre 1998 e 2011, houve taxa de expansão na pós-graduação do setor público em 105%, sob uma base grande de programas, e de 324%, no setor privado, a partir de uma base muito pequena de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Outra interpretação que se relaciona mais de perto com a questão pode ter sido a criação de cursos de graduação que habilitam o professor de ER e a expansão dos movimentos favoráveis ao Ensino Religioso na escola pública, por conta dos diversos dispositivos legais e políticos que o referendaram como área de conhecimento que integra a base nacional comum, a exemplo da Resolução CNE/CEB nº. 02/98 (Art. 3 inciso IV), da Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010 (Art. 14), da Resolução CNE/CEB nº 07, de 14 de dezembro de 2010 entre outros, estimulando a produção acadêmica de artigos, dissertações e teses para tal fim.

O segundo ponto se refere à distribuição das publicações nas Instituições de Ensino Superior (IES) e seus respectivos programas de pós-graduação. De um modo geral, observou-se que o maior percentual de dissertações e teses produzidas é oriundo de instituições privadas de Ensino Superior, com 59,9% e 61,5% respectivamente.

Em decorrência, dentre as cinco instituições com maior volume de trabalhos sobre o ER, quatro delas são privadas e uma pública. Entre as privadas encontram-se a Escola Superior de Teologia (EST) com 36 trabalhos (14,6%, p/ n=246) dos quais 27 dissertações (13%, p/ n=207) e 09 teses (23,1%, p/ n= 39); a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com 23 trabalhos (9,3%, p/ n=246) dos quais 16 dissertações (7,7%, p/ n=207) e 07 teses (17,9%, p/ n= 39); a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) com 19 trabalhos (7,7%, p/ n=246) dos quais 19 dissertações (9,2%, p/ n=207) e nenhuma tese; a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) com 15 trabalhos (6,1%, p/ n=246) dos quais 15 dissertações (7,2%, p/ n=207) e nenhuma tese. Entre as públicas, destaca-se a Universidade Federal da Paraíba, com 22 trabalhos (8,9%, p/ n=246) dos quais 22 dissertações (10,6%, p/ n=207) e nenhuma tese, o que faz do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, da Universidade Federal da Paraíba um importante centro de discussões em torno do Ensino Religioso entre as instituições públicas.

Entre os programas de pós-graduação (PPG(s)), das publicações identificadas destacam-se majoritariamente os PPG(s) em Educação, Ciência(s) da(s) Religião(ões), e Teologia, com 88 trabalhos

(35,8% para n=246), 81 trabalhos (32,9% para n=246) e 48 trabalhos (19,5% para n=246) respectivamente, com destaque para o Programa de Teologia da Escola Superior de Teologia com 36 trabalhos (14,6% para n=246), para os Programas de Pós Graduação em Educação e em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) com 10 trabalhos (4,1% para n=246) e 09 trabalhos (3,7% para n=246) respectivamente; para os Programas de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com 18 trabalhos (7,3% para n=246); para o Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões, da Universidade Federal da Paraíba, com 22 trabalhos (8,9% para n=246); e por fim o Mestrado em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) com 15 trabalhos (6,1% para n=246).

Outro dado que nos chamou a atenção é a grande quantidade de instituições privadas confessionais, como a Escola Superior de Teologia (EST), as Pontifícias Universidades Católicas (PUC-PR, PUC-SP, PUC-RJ, PUC-GO, PUC-MG e PUC-RS), as Universidades Católicas de Pernambuco (UNICAP), de Petrópolis (UCP), e de Santos (UNISANTOS), as Universidades Metodistas de Piracicaba (UNIMEP) e de São Paulo (UMESP), a Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE), o Centro Universitário La Salle (UNILASALLE) que juntas, respondem por 148 dos 246 trabalhos acadêmicos, isto é, por mais da metade do total de publicações sobre o tema (60, 2% para n=246).

Esta presença de instituições particulares e com vinculação religiosa nos conduz ao questionamento da existência de um possível consenso generalizado entre as instituições religiosas na tentativa de manter e justificar politicamente a presença da disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas (CUNHA, 2013), mesmo que muitas vezes por motivos divergentes.

O momento seguinte de nosso levantamento foi o mapeamento das temáticas abordadas nas dissertações e teses encontradas sobre o ER escolar. Ressalte-se que, cientes das dificuldades de se estabelecer uma categorização de temáticas e classificar os trabalhos nelas, uma vez que muitos trabalhos podem se enquadrar em duas ou mais delas, intencionamos apenas uma classificação aproximativa, baseada em pistas textuais encontradas no título, no resumo, no sumário, nos objetivos e no corpo do texto.

**Tabela 03:** Temáticas e subtemáticas encontradas nas dissertações sobre o Ensino Religioso selecionadas, com suas respectivas ocorrências.

DISSERTAÇÕES SOBRE O ENSINO RELIGIOSO					
TEMÁTICA(T)	f(T)	%(T)	SUBTEMÁTICA (S)	f(S)	%(S)
Aportes teórico-epistemológicos do/para o ER	19	9,20%	Diálogos teóricos (Edgar Morin e Basarab	5	2,40%
			Nicolescu, Martin Buber, Paul Tillich,		
			Paulo Freire, Wolfgang Gruen)		
			Ciências da Religião		
			Concepções de ER		
			Africanidades		
			Construção do conhecimento religioso		
			Diversidade religiosa		
			Educação para Diálogo Inter Religioso		
Ethos do ER					

Farias e Saraiva – Pesquisas sobre o Ensino Religioso

			Interculturalidade	1	0,50%
			Teologia Pluralista	1	0,50%
			Transreligiosidade	1	0,50%
Didática e currículo	55	26,60%	Práticas pedagógicas	18	8,70%
			Proposta curricular para o ER	17	8,20%
			Análise de livros didáticos	5	2,40%
			Análise de proposta curricular para o ER	5	2,40%
			PCNER	4	1,90%
			Projeto Político Pedagógico	3	1,40%
			Concepção de sagrado	1	0,50%
			Currículo oculto	1	0,50%
			Mapa do ER	1	0,50%
			Formação de professores	20	9,70%
Formação inicial	5	2,40%			
Análise de práticas	1	0,50%			
Desenvolvimento profissional	1	0,50%			
EAD	1	0,50%			
Formação do professor leitor	1	0,50%			
Influência da Igreja	1	0,50%			
Material didático	1	0,50%			
História do Ensino Religioso	17	8,20%	Nos estados e/ou municípios	11	5,30%
			No Brasil	4	1,90%
			Biografias	1	0,50%
			De instituições	1	0,50%
Legislação e políticas	26	12,60%	Constituição Federal, LDB e demais documentos normativos	16	7,70%
			Implementação de proposta de ER	2	1,00%
			Acordo-Brasil Vaticano	1	0,50%
			ADI 4439 /2010	1	0,50%
			Análise de sistema público de ensino	1	0,50%
			Caracterização do ER em estados e/ou municípios	1	0,50%
			Ensino Religioso na educação infantil pública	1	0,50%
			Hegemonização das Igrejas Cristãs	1	0,50%
			Laicidade do Estado	1	0,50%
			Matrizes Africanas	1	0,50%
Produção Acadêmica sobre o ER	5	2,40%	Produção de livros didáticos	1	0,50%
			Literatura	1	0,50%
			Produção de artigos científicos	2	1,00%
			Produção de Teses e dissertações	1	0,50%
Sentidos e significados	34	16,40%	Percepção e/ou significados atribuídos por estudantes, gestores e/ou professores	29	14,00%
			Representação social	2	1,00%
			Conceito de Cultura	1	0,50%
			Educação Moral e ER	1	0,50%

			Religião, Espiritualidade e Ensino Religioso	1	0,50%
Temas Transversais	31	15,00%	Africanidades	2	1,00%
			Direitos humanos e ER	2	1,00%
			EJA e ER	2	1,00%
			Família, escola e formação ética	2	1,00%
			Hegemonia e Intolerância religiosa	2	1,00%
			Alteridade e diálogo	1	0,50%
			Análise de discurso da mídia	1	0,50%
			Crianças do candomblé	1	0,50%
			Diversidade religiosa	1	0,50%
			Educação em valores humanos	1	0,50%
			Educação para a Solidariedade	1	0,50%
			ER Afro	1	0,50%
			Educação Inclusiva e ER	1	0,50%
			Educação popular e ER	1	0,50%
			Fé e moral	1	0,50%
			Formação integral do aluno	1	0,50%
			História e memória: livro didáticos	1	0,50%
			Interculturalidade nas práticas pedagógicas	1	0,50%
			Jogos digitais	1	0,50%
			Menores em situação de vulnerabilidade social	1	0,50%
			Moralização Cristã	1	0,50%
			Racismo em livros didáticos de ER	1	0,50%
			Ritos	1	0,50%
			Sexualidade no ER	1	0,50%
			Subsídios Audiovisuais	1	0,50%
			Valores éticos e morais	1	0,50%
<b>Total (T) = 8</b>			<b>Total (S) = 77</b>	<b>T. de dissert</b>	<b>207 100,0%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 3 observamos que as dissertações estão organizadas em 08 temáticas e 77 subtemáticas, revelando grande diversidade nos estudos sobre o Ensino Religioso. Todavia, grande parte se voltou à temática “Didática e Currículo” para o Ensino Religioso (55 ocorrências ou 26,6%, para n=207), destacando-se nesta os estudos sobre a análise das práticas dos professores de ER (18 ocorrências, ou 32,7%, para n=55). Em segundo lugar aparecem os “Sentidos e significados” (34 ocorrências, ou 16,4%, para n=207), em que se destacam majoritariamente as percepções e/ou significados atribuídos por estudantes, gestores e/ou professores ao Ensino Religioso (29 ocorrências ou 85,3%, para n=34). A temática “Temas Transversais” (31 ocorrências, ou 15%, para n=207) foi a que apresentou a maior diversificação de assuntos (26), enquanto que em “legislação e políticas” educacionais para o Ensino Religioso (26 ocorrências, ou 12,6% para n=207), a concentração maior foi de estudos sobre a legislação brasileira (CF, LDB, BNCC, Resoluções) e documentos normativos oficiais e não oficiais, como os PCNER (16 ocorrências ou 61,5%, para n=26).

Vale destacar significativo interesse dos pesquisadores nas questões epistemológicas (19 ocorrências, ou 9,2 % p/ n=207) e sobre formação docente (20 ocorrências, ou 9,7%, p/ n=207) sinalizando uma preocupação de alguns grupos no meio acadêmico em refletir sobre a formação inicial e continuada assim como construir aportes teóricos que deem sustentação ao Ensino Religioso enquanto um componente curricular que deva possuir uma identidade, um objeto de estudo e um *corpus* de conhecimentos.

Observando a ocorrência de temáticas nas dissertações em relação ao tipo de instituição (pública, privada ou comunitária), encontramos que nas IES privadas houve maior prevalência de dissertações dentro das temáticas “produção acadêmica sobre o ER” (05 dissertações ou 100% para n=05), “Aportes teórico-epistemológicos do/para o ER” (18 dissertações, ou 94,7% para n=19), “Sentidos e significados sobre o ER” (21 dissertações ou 61,8% para n= 34). Nas demais temáticas, as ocorrências de dissertações em IES públicas e privadas se mostrou mais equânime.

Partindo para análise das teses, entre as 39 selecionadas, as temáticas foram organizadas segundo os mesmos critérios e a mesma classificação adotada para as dissertações, cujos resultados estão descritos na Tabela 04.

**Tabela 04:** Temáticas e subtemáticas encontradas nas teses selecionadas sobre o Ensino Religioso escolar com suas respectivas ocorrências

TESES SOBRE O ENSINO RELIGIOSO					
TEMÁTICA(T)	f(T)	%(T)	SUBTEMÁTICA (S)	f(S)	%(S)
Didática e Currículo	6	15%	Práticas pedagógicas	2	5,10%
			Matrizes curriculares para o ER	1	2,60%
			Organização curricular do ER em escolas públicas	1	2,60%
			Jogo como processo educativo-religioso	1	2,60%
			PCNER	1	2,60%
Aportes teórico-epistemológicos do/para o ER	9	23%	Diálogos teóricos (Franz Rosenzweig, Regis Debray, Comenius, Paul Tillich, Rudolf Otto, Paulo Freire, Teologia Cristã	6	15,40%
			Concepções e modelos teóricos de ER	1	2,60%
			Ciências da Religião	1	2,60%
			Aspectos teológicos, antropológicos e pedagógicos do ER	1	2,60%
Formação de professores	3	8%	Formação inicial	1	2,60%
			Formação continuada	1	2,60%
			Ética Social de Martinho Lutero	1	2,60%
História do Ensino Religioso	5	13%	Nos estados e/ou municípios	2	5,10%
			Em instituições	1	2,60%
			Hegemonia católica	1	2,60%
			No Brasil	1	2,60%
Legislação e políticas	12	31%	Constituição Federal, LDB e demais documentos normativos	8	20,50%
			Africanidades	1	2,60%

			Análise de sistema público de ensino	1	2,60%
			Concordata Brasil Santa Sé	1	2,60%
			Política de formação de professores de ER	1	2,60%
Sentidos e significados	2	5%	Percepção e/ou significados atribuídos por estudantes, gestores e/ou professores	2	5,10%
Temas transversais e ER	2	5%	Pós-modernidade e crítica marxista ao ER	1	2,60%
			ER e Diversidade Religiosa e Movimento Nova Era	1	2,60%
<b>Total (T) = 08</b>			<b>Total (S) = 24</b>	<b>Total de Teses = 39</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

De modo similar ao encontrado nas dissertações, porém em menor número, verificamos que as teses também apresentam significativa variedade de estudos, expressos pelas 08 temáticas e 24 subtemáticas encontradas, para um total de 39 teses selecionadas, ratificando as inferências feitas anteriormente sobre os achados das dissertações.

Entretanto, diferentemente das primeiras, a maioria das teses está relacionada a estudos sobre a “legislação e políticas educacionais para o ER” (12 ocorrências, ou 31%, p/ n=39), e também as que visam subsidiar, teórica e epistemologicamente, o Ensino Religioso enquanto campo de conhecimentos (09 ocorrências, ou 23%, p/ n=39) no sentido de afirmá-lo como componente curricular importante para a formação dos estudantes.

No comparativo entre os tipos de IES (pública, privada ou comunitária) observamos que, temáticas como “Didática e currículo” e “Formação docente para o ER”, foram desenvolvidas exclusivamente em teses oriundas de IES privadas (100%), enquanto que temáticas como “História do ER” e “Legislação e Políticas” foram majoritariamente desenvolvidas nas teses oriundas de IES públicas (03 ou 60% para n=05; e 07 ou 58,3% para n=12, respectivamente).

Analisando sob a ótica das tipologias de pesquisa, observamos que a maior parte das pesquisas é de caráter documental e/ou bibliográfico (historiográfica, análise de documentos, legislações, normas, revistas, livros e produções acadêmicas) totalizando 118 dissertações (57% para n=207) e 30 teses (76,9% para n=39) não havendo diferença significativa entre as instituições públicas e privadas.

Entre as pesquisas que envolvem sujeitos estão aquelas que realizam entrevistas individuais e em grupo, questionários, observações, pesquisa-ação e múltiplas (documental/ bibliográfica e com sujeitos), totalizando 89 dissertações (43% para n=207) e 09 teses (23,1% para n=39). Estes dados corroboram os percentuais significativos de pesquisa cujas temáticas envolvem “aportes teórico-epistemológicos para o ER” e “Legislação e políticas para o ER”, pesquisas notadamente documentais e/ou bibliográficas.

Este quantitativo maior de estudos de caráter historiográfico, bibliográfico e documental, sinaliza as visões em disputa, no que concerne ao caráter dilemático e conflitivo que se dá no âmbito legal sobre a presença (ou não) dessa disciplina na escola pública, envolvendo questões polêmicas sobre o público e privado, Igreja e Estado, laicidade, liberdade de crenças entre outros, já mencionado, de um lado, e, de outro, na necessidade de constituição e consolidação de um *corpus* de conhecimentos que referendem o ER como um campo epistemológico com identidade própria.



Realizamos também a busca de linhas e/ou grupos de pesquisa sobre Ensino Religioso e/ou sobre a relação entre religião e educação. Nos 81 programas de pós-graduação nas quais as dissertações e teses deste estudo tem sua origem, apenas em 06 deles existem áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa e/ou grupos de pesquisa que mencionam no título ou na descrição o Ensino Religioso ou então a relação entre religião e educação. São eles: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da Escola Superior de Teologia, o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-MG, o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC-SP, o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UFJF, o Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, e o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UNESP.

Uma última análise evidenciou que a quase totalidade dos trabalhos acadêmicos das IES privadas, evidencia posicionamentos favoráveis, e em alguns casos uma defesa explícita da presença do ER em escolas públicas (145 ou 98%, para n=148), a despeito muitas vezes da constatação de na prática existir uma dificuldade de cumprimento e/ou de interpretação da legislação vigente sobre o tema nos sistemas de ensino. Nas instituições públicas o percentual está em torno de 80% (77 trabalhos, para n=96).

Sobre esta questão, Andrade (2017) evidenciou em seu estudo, que analisou as produções de dissertações e teses entre 1997 e 2016, a existência de 03 vertentes de discursos em disputa sobre o Ensino Religioso: a de pesquisas que enfatizam a importância da disciplina para a formação integral do aluno a partir de um discurso religioso cristão secularizado, a de pesquisas contrárias ao Ensino Religioso na escola pública, que advogam o Estado laico imparcial na qual a escola deve trabalhar apenas os saberes racionais, comprováveis, com valor de cientificidade; e a de pesquisas, ainda emergentes, que posicionam a escola enquanto espaço de tensionamentos das manifestações religiosas e o Ensino Religioso como um lugar de problematização da identidade, dos silenciamentos e da intolerância religiosa. A autora ainda afirma que tais discursos impõem entre si, numa acepção foucaultiana, controle de poder e silenciamento do discurso de outrem, referendando a ideia de visões em disputa trazida em nosso estudo.

## Considerações finais

Procuramos neste estudo apresentar um mapa da constituição do Estado da Questão sobre o Ensino Religioso na escola pública enquanto objeto de pesquisa na produção bibliográfica nacional, considerando artigos, teses e dissertações. Este exame foi realizado no intuito de identificarmos as diversas matizes que permeiam o tema, como também as possíveis lacunas deixadas pelos pesquisadores, as quais apontam para possibilidades de novas investigações.

Em síntese, encontramos que:

- 1) Na análise de periódicos, a) a maioria dos artigos encontrados sobre o Ensino Religioso não são da área de Educação, predominando aqueles das áreas de Teologia e Ciência(s) da(s) Religião(ões); b) a maioria dos artigos tratam sobre aspectos legais do Ensino Religioso e são pesquisas históricas e/ou documentais; c) os autores que publicaram nas revistas da área de Educação possuem majoritariamente uma posição contrária ao Ensino Religioso nas escolas públicas; em contrapartida os

autores das revistas das áreas de Teologia e Ciência(s) da(s) Religião(ões) expressam posições favoráveis; d) houve uma quase ausência de pesquisas que tivessem como foco os professores de Ensino Religioso e suas percepções e práticas.

- 2) Na análise das produções na BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: a) predominância de dissertações e teses sobre o Ensino Religioso em Instituições de Nível Superior privadas e mantidas por entidades religiosas, como por exemplo, as Pontifícias Universidades Católicas (PUC), e particularmente nos Programas de Pós-Graduação em Teologia e Ciência(s) da(s) Religião(ões); b) presença significativa de dissertações e teses sobre questões teórico-epistemológicas e sobre aspectos legais e curriculares para a disciplina.

Entendemos que o objetivo da construção deste Estado da Questão seja encontrar o lugar e a relevância das problematizações que norteiam o ato de pesquisar, a partir do desvelamento da complexidade de questões que envolvem a temática (epistemológicas, ontológicas e metodológicas) nas produções identificadas (51 artigos, 207 dissertações e 39 teses).

Desta feita, desejamos contribuir academicamente com este estudo, ampliando o olhar do espectro que abrange esta temática, marcada por disputas ideológicas entre a possibilidade de um olhar inclusivo do conhecimento religioso na formação do aluno, em contraponto aos argumentos existentes em favor da exclusão desta disciplina da escola pública, resultante do ranço histórico deixado nas experiências enviesadas pelo caráter doutrinário e ideológico que marcaram o Ensino Religioso neste espaço institucional.

Esta problemática é acentuada ainda mais depois de ações controversas e anticonstitucionais, como Acordo Brasil-Vaticano em 2009, já mencionado anteriormente, e o indeferimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 4439/2010) encaminhada pela PGR como medida cautelar sobre este acordo ao Superior Tribunal Federal (STF), que indeferiu o pedido em 2017, que criaram uma anomalia jurídica em que se permite o ensino confessional nas escolas públicas ao mesmo tempo em que a CF e a LDB o proíbem.

É compreensível o receio de pesquisadores de que, ante os problemas supramencionados, e da onda anti-intelectual, neoconservadora e moralista, que atualmente engolfa a política brasileira, o ER possa se constituir como veículo de disseminação destas ideias, de forma individual, ou organizadas por segmentos religiosos que as apoiam, haja vista a sua desregulamentação curricular. Entretanto, o enfrentamento à negligência que tem sido dada a esta disciplina no sistema escolar, e a consolidação teórico-epistemológica de um ER a partir de uma diretriz cientificamente referendada constituem fontes de resistência que se contrapõem a este processo de manipulação ideológica.

Sobre esta questão Santos (2017) pontua que:

[...] não é o ER que vem ameaçando a laicidade do Estado, mas sim o tratamento precário e limitador que o próprio Estado vem dispensando à educação, como se pode observar nas práticas políticas e sociais de uma educação que não educa, que não transforma e que não promete perspectiva de melhorias, tão impregnada pela decadência moral e ética de pessoas e grupos que defendem seus interesses em detrimento da maioria, anunciando a falência da instituição estatal,

considerando a restrição, a limitação e a eliminação de direitos sociais e civis. (SANTOS, 2017, 61-62).

O nosso estudo releva que estamos diante de um dilema político em que questões como a laicidade, a valorização da diversidade religiosa e formação integral do aluno estão no seu centro e polarizam o debate sobre o ER no Brasil.

Precisamos compreender melhor as narrativas desta polarização, os anacronismos e as contemporaneidades que as enviesam. O que se vê é um ER que tenta deixar para trás os ranços históricos que produziu na educação brasileira, para se constituir em uma disciplina referendada cientificamente e pedagogicamente, em conformidade com a Constituição de 1988. De outro, a insistência de seus adversários na asserção de que essa disciplina, seja juridicamente, seja na prática pedagógica, fere o princípio da escola laica, pautando a sua irrelevância para o debate sobre a diversidade religiosa como elemento importante na formação escolar do aluno.

Um grande desafio para uma área de conhecimento tão neófito, que precisa desmistificar-se diante da comunidade acadêmica e, particularmente de posicionamentos laicistas, que enxergam uma educação laica, gratuita e de qualidade, na qual não há espaço para um Ensino Religioso, nem mesmo laico.

## Referências

ANDRADE, Fernanda Batista Moreira de. **A disciplina Ensino Religioso na escola pública**: uma análise sobre o debate entre as pesquisas em Educação a partir da noção de regimes de verdade em Michel Foucault. Mariana: dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de; BALDINO, José Maria. O Ensino Religioso no Brasil: a constituição de campo disputado. **REVER** · São Paulo, v. 15 · n. 02 · jul/dez, p. 67-79, 2015.

CAVALIERE, Ana Maria. O mal-estar do Ensino Religioso nas escolas públicas. **Cad, Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 303-332, maio/ago, 2007.

CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir Valdir dos. O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 38, n. 2, p. 131-141, Abr./Jun, 2016.

CHAVES, Maria Eunice Rodrigues. **Artigos científicos sobre o ensino religioso**: uma produção de conhecimento no período de 1995-2010. Curitiba: Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2012.

CIRANI, Claudia Brito Silva; CAMPANARIO, Milton de Abreu; SILVA, Heloisa Helena Marques da. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. O Sistema Nacional de Educação e o Ensino Religioso nas escolas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 925-941, set. 2013.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. O ensino religioso no contexto escolar. In: INCONTRI, Dora (org). **Educação Espiritualidade**: interfaces e perspectivas. Bragança Paulista: Editora Comenius, 2010. p.137-146.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. A presença do Ensino Religioso no contexto da Educação. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul. (Org). **O Ensino Religioso no Brasil**. 2. Ed. Curitiba: Champagnat. 2011, p. 27-54.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo, Ensino Religioso: espaço dos catecismos. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 12, n. 36, p. 1283-1314, out./dez. 2014.

OLE, Observatório da Laicidade na Educação. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <http://www.edulaica.net.br>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. História do Ensino Religioso no Brasil. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo.; BRANDEMBURG, Laure Erandi; Klein, Remi. (Orgs.) **Compêndio de Ensino Religioso**. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 45-49.

SANTOS, Rodrigo Oliveira dos. Movimento institucional de pessoas favoráveis e contrárias ao Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, Sérgio. Rogério. Azevedo; BRANDEMBURG, Laure Erandi; Klein, Remi (Orgs.) **Compêndio de Ensino Religioso**. Petrópolis: Vozes, 2017.p. 50-61.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TERRIEN, Jacques; NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia M. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**. v. 15, n.30, jul.-dez., 2004.

*Recebido em: 05/12/2019*

*Aceito em: 15/08/2020*